



Falar como os brasileiros

Quase sem aviso, voltou a questão do acordo ortográfico. Recordo aos mais esquecidos que, há cerca de dez anos, o tema do Acordo Ortográfico inflamou debates e extremou posições; e recordo também que, aquém de reflexões com inquestionável densidade científica e cultural, as intervenções que pudemos ler e ouvir foram em geral pautadas por um nacionalismo insuportável e por uma assustadora falta de visão estratégica.

Um dos argumentos então repetidos *ad nauseam*, sem ponta de critério, foi o de que, com o acordo ortográfico, passaríamos a «falar como os brasileiros». Talvez porque gosto de ouvir «falar como os brasileiros» (sabendo-se que nem todos os brasileiros, de norte a sul do Brasil, falam da mesma maneira) nunca me assustou muito uma tal ameaça, até porque ela já era mais do que isso: «como os brasileiros» fala-se nas telenovelas da Globo, sem escândalo público e até com notórias consequências. Não é verdade que as telenovelas portuguesas foram moldadas pelo padrão-Globo? Falta dizer o que é óbvio, mas quase sempre escapou aos assustadiços defensores da nossa pureza idiomática: um acordo ortográfico não implica que automaticamente se fale como os brasileiros, uma vez que as suas consequências, no plano fonológico (no do sotaque, para nos entendermos), são praticamente nulas e inexistentes, no domínio da sintaxe. Ou seja: aqueles âmbitos em que os brasileiros «falam como brasileiros».

ESTANDO DE VOLTA A QUESTÃO do acordo ortográfico, é possível que regresse à praça pública um complexo que, no fundo, persiste entre nós: o de uma concepção da língua portuguesa como património exclusivo dos portugueses, putativos proprietários e zelosos fiscais desse património enclausurado dentro das muralhas da última e resistente aldeia lusitana. Não tem que ser assim, obviamente. E é bom que se diga que o português não só não é propriedade exclusiva dos

portugueses como o seu futuro depende (e muito) da capacidade de afirmação internacional de um país com o potencial económico e geopolítico do Brasil. Portugal pesa pouco nesse concerto, apesar de a sua integração na União Europeia poder constituir uma mais-valia importante de que o Brasil, obviamente, não dispõe. Por isso mesmo, bom seria que uníssemos esforços (que nos puséssemos de acordo), em vez de cavarmos discrepâncias baseadas em preconceitos tão serôdios como irritantes.

Quem olha para a língua de um ponto de vista idealista alega que um acordo ortográfico constitui uma intolerável repressão da autenticidade idiomática e uma desfigura-

Bom seria que nos puséssemos de acordo [com o Brasil], em vez de cavarmos discrepâncias baseadas em preconceitos tão serôdios como irritantes

ção da identidade cultural de quem escreve. Se aceitássemos uma tal alegação, então deveríamos exilar do nosso trato (e, antes de mais, das nossas escolas) gramáticas, dicionários, prontuários e tudo o que significasse procedimentos de regulação linguística. Esses mesmos que, em contraposição dialéctica à dinâmica da inovação, asseguram a normatividade necessária para que nos entendamos num idioma comum.

SEJAMOS CLAROS: um acordo ortográfico vigente entre todos os países de língua oficial portuguesa é fundamentalmente um instrumento estratégico, com propósito semelhante (embora com determinações específicas, como é óbvio) ao de acordos políticos, culturais e económicos, sem lesão de soberania nem de identidade, até porque um acordo não obriga a uma uniformização.

Para tudo dizer e para tranquilidade de alguns, faça-se uma experiência: tome-se um qualquer texto escrito em português de Portugal e adopte-se nele a ortografia do Brasil. O resultado espantará os puristas do «lusitanismo» linguístico, porque as diferenças são mínimas. Depois disso, apetece perguntar: o que, afinal, assusta aqueles que temem que «falemos como os brasileiros»? 

